



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE	*	DIÁRIO POPULAR	-7 MAR. 1980
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

POLÍTICA ECONÓMICA EM DEBATE NA A. R.

UMA «FINAL» ELEITORALISTA

Nem o Governo e a sua maioria parlamentar, nem os tidos interpelantes da Oposição conseguem libertar-se da circunstância de estarmos a pouco mais de seis meses de eleições. A sessão de encerramento da Interpelação ao Governo decorreu assim num tom eleitoralista. O discurso do presidente do grupo parlamentar do P.S. falou mais de questões de acesso ao poder do que das questões económicas em jogo no debate; o do P.C.P. foi mais concreto, mas não se furtou ao intuito de tirar (quiza prematuramente) credibilidade ao Governo; e o do primeiro-ministro caracterizou-se pelo estilo de comício.

Os partidos da Oposição acusaram o Governo de não ter explicado, nem fundamentado a sua política económica nem a forma de levar à prática alguns dos seus objectivos; o Governo respondeu que não admitia que a Oposição controlasse a sua política, que lhe impusesse um ritmo e, por isso, não antecipava o anúncio de soluções cuja oportunidade só a ele competirá decidir. «Somos nós que ditámos o ritmo da nossa política e não consentimos à Oposição que queira antecipar as nossas decisões» — disse ontem o primeiro-ministro, repetindo, aliás, idêntica argumentação do ministro das Finanças. O P. C. P. interpretou a falta de explicações do Governo por considerar que dois vectores fundamentais da sua política são inconfessáveis: «um é a restauração do poder económico e político do grande capital e dos latifundiários», o

outro são os preparativos eleitoralistas, através dos quais pretende perpetuar a sua permanência no Poder». Igual tónica foi usada pelo P. S. ao afirmar que este não é um Governo para governar, mas «um governo de campanha eleitoral», para salvar a A. D., mesmo que tenha de adoecer a economia.

Mas o pingue-pongue não ficou por aqui. Se o primeiro-ministro e até mais claramente um dos dirigentes parlamentares do P. S. D. Castro Caldas, acusaram a Oposição de ter inscrito a interpelação numa manobra de desestabilização democrática, que incluíria a agitação de rua e grevista e a criação de conflitos com outros órgãos de soberania, Salgado Zenha (P. S.) acusou o primeiro-ministro de, no dia da inauguração da interpelação, ter ido a Belém transmitir «uma espécie de ultimato ao Presidente da

República, todo ele assente na aceitação sem reservas da inventona fabricada caluniosamente por certa imprensa afecta à A. D.», considerando tais expedientes, para desviar as atenções dos debates parlamentares, como próprios de uma república das bananas.

A maioria e o seu Governo, e o primeiro-ministro o afirmou expressamente, consideram que o Oposição saiu derrotada desta interpelação; a Oposição considera que o Governo saiu desacreditado por ter exibido incompetência ou por não ter sabido ou querido explicar satisfatoriamente a sua política económica. O cronista parlamentar, que não é propriamente um árbitro deste tipo de pugnas, conclui que o debate permitiu, apesar do seu tom excessivamente eleitoralista, algum esclarecimento e, nesse aspecto, teve alguns aspectos positivos.

ADELINO CARDOSO PRIMEIRO MINISTRO ANUNCIA TRÊS LEIS DE REFORMA POLÍTICA

O discurso de encerramento do primeiro-ministro se não trouxe ideias novas, reafirmou a vontade de operar brevemente reformas políticas de fundo (que o P. S. considerou impróprias de um Governo intercalar), e, nesse sentido, a breve apresentação das leis do referendo, uma nova lei eleitoral, e a lei da nacionalidade.

O primeiro-ministro não abordou a temática económica do debate e fez um discurso eminentemente político, mais de ataque à Oposição do que de defesa do Governo. Considerou aquela derrotada, de não apresentar qualquer solução alternativa, do uso de calúnia, insidia, infâmia, insulto e falsidade. Acusou-a de querer empurrar o Governo para conflitos com órgãos de soberania e de manipular os trabalhadores. afirmou que a Oposição actuou como se, de facto, o Governo estivesse para ser escoraçado, logo adiantando que não será porque a Oposição não tem força para isso.

Quanto à questão do regime económico, disse que o Governo não entrava em debates ideológicos, porque a questão ideológica tinha ficado resolvida com o resultado das eleições de 2 de Dezembro, em que o povo se decidiu por um modelo contra outro, logo pelo modelo da iniciativa privada. A este respeito, afirmaria que a Oposição não resiste à alienação do passado, que o sistema da economia com base no sector público falhou, por isso que o Governo não podia curar os males com o sistema que deu origem a esses males.

Não havendo lugar, em seu entender, para o debate ideológico, considerou que o debate é agora funcional, e consiste em saber como se orienta na prática a economia e tirando a conclusão do resultado das eleições resultado que legitimaria as profundas alterações que o Governo vai fazer na delimitação do sector privado, isto é, na abertura a este dos sectores-chaves da economia.

Sá Carneiro, em resposta a críticas da Oposição (que ele, aliás, fez questão de chamar oposições, com o intuito de distinguir o P. S. do P. C. P.), afirmou que a defesa do poder de compra estava garantida pelo combate à inflação e pela descida dos impostos, mais do que pela subida dos salários.

Numa breve referência à comunicação social, e certa-

mente só em resposta às críticas feitas a órgãos afectos à A. D. pelas recentes notícias que puseram em causa o Presidente da República e o Conselho da Revolução, o primeiro-ministro afirmou que o Governo não aceitava ser polícia dos jornalistas, cujo julgamento só poderia ser feito pelos tribunais.

Acerca dos conflitos com órgãos de soberania, pelos quais a maioria A. D. e o próprio primeiro-ministro quis responsabilizar agora a Oposição, Sá Carneiro reconhe-

A. D. TENTA DESCOLAR P. S. DO P. C. P.

Do lado da maioria parlamentar da A. D., as intervenções de fundo foram produzidas por Lucas Pires (C. D. S.) e Castro Caldas (P. S. D.). Além das acusações genéricas à Oposição, já referidas no discurso de Sá Carneiro, aqueles dois porta-vozes implicitamente aliciaram o P. S. a descolar-se do P. C. P., ao criticá-lo por seguir a estratégia deste no ataque ao Governo. Castro Caldas afirmaria mesmo que o P. C. P. está disposto a correr o risco da ruptura das instituições democráticas e que o P. S. não estabeleceu uma estratégia própria e saiu a reboco dos comunistas. Citando o discurso de Sá Carneiro, Castro Caldas acrescentou que a A. D. tem uma estratégia, que é a definir um modelo de sociedade, obter uma maioria presidencial que, com a maioria parlamentar, estabeleza as instituições democráticas. Castro Caldas considerou um perigo para a democracia o uso que foi feito pela Oposição dos direitos de interpelação e de manifestação dos trabalhadores. A isto lhe foi contraditado que o direito a interrogar o Governo e o direito à greve não podem ser considerados antedemocráticos, e que perigo para a democracia constituem as actuações do Governo de ligar o pluralismo nos órgãos de comunicação e de afrontar outros órgãos de soberania.

Lucas Pires adoptou a argumentação, que se julgou viria a ser usada desde o princípio do debate pela maioria, que foi a de atribuir à Oposição as culpas do estado de deterioração a que chegou a economia. Isto levaria Salgado Zenha (P. S.), a comentar que para a A. D. tudo correu bem até ao 25 Abril e depois tudo passou a correr mal e daí a sua concepção de que tudo se resolverá miraculosamente regressando à situação económica do 24 de Abril.

Lucas Pires defendeu um quadro de economia liberal, o que implica uma nova filosofia económica e mesmo outro de quadro institucional da economia. A libertação da iniciativa nacional (leia-se privada), o combate à inflação e a defesa do escudo são para Lucas Pires as três vias principais de um poder económico que já teriam sido postas em movimento pelo Governo.

Quanto à questão do sector público e do sector privado, afirmou que o problema não é de propriedade é de Poder, separando ambos; que o conceito de democracia anda ligado ao de iniciativa privada e que é o sector público que precisa de ser limitado, pois em seu entender é tão legítimo combater hoje os feudos públicos, como se combatia os grupos privados antes do 25 de Abril.

O QUE O GOVERNO NÃO ESCLARECEU

Ao longo de várias intervenções, a Oposição não se deu por satisfeita com as respostas do Governo, conside-

ceu, afirmou mesmo que não é nenhum segredo, que entre o projecto da A. D. e o de certos órgãos de soberania existem diferenças de concepção e daí concluiu que só haverá solidariedade institucional plena, quando a liderança da Presidência da República se conjugar com a liderança do Governo e do Parlamento.

Terminou afirmando que a A. D. ganhará as próximas eleições, porque o Governo saberá governar e resolver os problemas concretos dos portugueses.

rando que ele deixou muitas questões por esclarecer. Assim, foi especialmente criticado o facto de não ter dito nada sobre o combate ao desemprego; de não ter esclarecido a política salarial e se a sua política anti-inflacionista se vai fazer predominantemente pela repressão dos salários; de não ter esclarecido se vai ou não baixar as taxas de juro; se vai agravar o défice da balança externa de pagamentos; de não se ter comprometido a indicar uma data

para apresentação do Orçamento Geral do Estado para 1980; não dizer se vai agravar o endividamento externo de Portugal; de não se comprometer a cumprir a lei do Governo Pintasilgo que atribua abono de família a favor de cerca de 700 mil crianças de camadas da população que não estão integradas em nenhum esquema de segurança social. Isto levou o P. C. P. a afirmar que o Governo faz da sua política «uma questão reservada e confidencial dos Conselhos de Ministros, rodeados de um secretismo que cheira a 24 de Abril.

Mas Salgado Zenha (P. S.) foi mais duro e afirmou que «o neo-salazarismo de hoje, ou seja aquela espécie de fascismo económico de fachada liberal adaptado às realidades internacionais de hoje que é no fundo o programa da A. D., não terá resultados diferentes do salazarismo de ontem: a injustiça social, o desemprego, a miséria, com a diferença de que hoje já não haverá emigração para exportar os desempregados».